



**CIÊNCIAS ECONÔMICAS: ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**PARA ALÉM DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

MATHEUS GRINGO DE ASSUNÇÃO

Foz do Iguaçu
2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS: ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**PARA ALÉM DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

MATHEUS GRINGO DE ASSUNÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado

Foz do Iguaçu

2016

MATHEUS GRINGO DE ASSUNÇÃO

**PARA ALÉM DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza
UNILA / FEBASP

Profa. Mtra. Marina Machado de Magalhães Gouvea
UNILA

Foz do Iguaçu, 2016

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo.

Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.

A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas composições.

Em toda parte viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à capital.

E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam. Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via pessoas que não gritavam.

Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho.

O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros.

E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu. E o grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! Seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo.

(Bertold Brecht. *Parada do Velho Novo*)

ASSUNÇÃO, Matheus Gringo. **Para além do novo desenvolvimentismo: uma análise crítica.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

A controvérsia em torno ao desenvolvimento esteve presente no debate político no Brasil durante a última década, seja no âmbito governamental, na academia e no movimento social e sindical. Nesta perspectiva teria se aberto um novo ciclo, denominado de novo desenvolvimentismo. O novo desenvolvimentismo se propõe a ser uma estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo, assim como, a estratégia de desenvolvimento possível dentro do atual estágio do capitalismo. Este trabalho busca analisar criticamente a perspectiva novo desenvolvimentista, partindo da caracterização desta proposta, buscando suas origens na Teoria do Desenvolvimento e demonstrando que está é uma falsa alternativa de superação da dependência e do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Novo-Desenvolvimentismo; Desenvolvimentismo; Economia do Desenvolvimento.

ASSUNÇÃO, Matheus Gringo. Además del Neodesarrollismo: Un análisis crítico. 2016. Trabajo de Conclusión del Curso de Ciencias Económicas: Economía, Integración y Desarrollo – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMEN

La controversia acerca del desarrollo estuvo presente en el debate político en Brasil durante la última década, sea dentro del gobierno, en el ámbito académico e incluso en el movimiento social y sindical. En esta perspectiva, se habría abierto un nuevo ciclo, denominado neo-desarrollismo. Esta pretende ser una estrategia de desarrollo alternativo al neoliberalismo, así como la posible estrategia de desarrollo dentro de la etapa actual del capitalismo. En este trabajo se pretende analizar críticamente la nueva perspectiva desarrollista, basado en la caracterización de esta propuesta, en la búsqueda de sus orígenes en la Teoría del Desarrollo demostrando que se trata de una falsa alternativa para superar la dependencia y el subdesarrollo.

Palavras-clave: Neo-desarrollismo; Desarrollismo; Economía del Desarrollo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL.....	10
3 A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL	19
4 CRÍTICA AO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO.....	27
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1 INTRODUÇÃO

Verifica-se na historiografia do pensamento econômico brasileiro a perenidade do *desenvolvimento* como eixo estruturante do discurso teórico e político. É a estratégia presente no discurso de diferentes atores da cena política, sejam governos, partidos e inclusive no movimento social e sindical.

Nos últimos doze anos, entretanto, tem sido comum encontrar argumentos de que o país passou a viver uma inflexão em sua política econômica, estaríamos vivenciando o ciclo novo desenvolvimentista, identificado como a expressão da política econômica e social dos governos liderados pelo Partido do Trabalhadores.

O novo desenvolvimentismo reivindica a tradição desenvolvimentista que teria existido desde Getúlio Vargas até o golpe empresarial-militar de 1964; apresenta-se ao mundo como a alternativa ao neoliberalismo e o consenso de Washington; e seria, deste modo, a estratégia de desenvolvimento possível nos marcos da globalização e da democracia burguesa.

No entanto, após 10 anos de crescimento econômico conjugado com algumas políticas sociais de distribuição de renda, com base em um processo de concentração e centralização do capital – principalmente no agronegócio –, assim como o reforço do papel de exportador de commodities agrícolas e minerais e aumento da superexploração da força de trabalho, o “ciclo novo-desenvolvimentista” parece se encerrar. A materialidade que dava sustento ao modelo na esfera do sistema mundial capitalista (em especial o aumento dos preços e da demanda por commodities no mercado internacional e maior grau de liquidez nos mercados financeiros internacional) deixou de existir com o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo internacional, principalmente após sua última crise cíclica, iniciada em 2007.

Apesar da percepção de que se esgotou a base material que dava sustentação a conjuntura de surgimento do novo-desenvolvimentismo, ainda é presente no discurso político, principalmente dos setores ligados ao Partido dos Trabalhadores e parte do movimento sindical a tese de que é necessário retomar o projeto novo desenvolvimentista no Brasil.

Neste contexto, e com vistas a contribuir minimamente no entendimento e crítica de uma estratégia (o desenvolvimentismo) e de um horizonte

utópico (o desenvolvimento) muito comuns no debate político-intelectual brasileiro, este trabalho buscará localizar o novo desenvolvimentismo a partir da continuidade do desenvolvimento capitalista como horizonte estratégico presente no discurso ideológico e político brasileiro, seja ele oriundo do campo conservador ou progressista.

Para isto, este trabalho estará dividido em três partes, além desta introdução.

No primeiro capítulo, nos dedicaremos a apresentar o novo-desenvolvimentismo a partir dos próprios autores desta concepção, demonstrando desde essa perspectiva qual a leitura realizada por esses autores, assim como quais são suas propostas políticas e econômicas.

No capítulo posterior, apresentaremos o que entendemos ser a origem do desenvolvimento como horizonte utópico, assim como, seu desdobramento na estratégia desenvolvimentista no Brasil. Para isso, apresentaremos o contexto de formulação da Teoria do Desenvolvimento e seus desdobramentos no Brasil, a partir da teoria do subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de autores brasileiros.

Por fim, com base no exposto nos capítulos anteriores, se buscará apresentar uma análise crítica do novo desenvolvimentismo no Brasil, partindo de uma outra leitura da estrutura social brasileira, procurando demonstrar que o novo desenvolvimentismo é uma falsa alternativa para a superação da dependência e do subdesenvolvimento.

2 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL.

O debate em torno ao desenvolvimento retornou como protagonista na cena político-intelectual brasileira a partir deste início de século XXI. Este retorno ganha força em 2003 com a chegada à Presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva, liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleito em 2006, assim como a chegada à presidência de Dilma Rousseff, também do PT e reeleita em 2014.

Diversos intelectuais oriundos dos meios acadêmicos, políticos e parte do movimento popular e sindical brasileiro têm caracterizado esse período como novo-desenvolvimentista, entendido como a volta de políticas econômicas de cunho desenvolvimentista – característico dos anos 1930-80 –, dentro de um novo contexto de crise do modelo neoliberal, que teria sido hegemônico a partir anos 1980 e vigente até o início do novo século.

O novo-desenvolvimentismo se apresenta como uma nova alternativa de desenvolvimento para o Brasil em relação ao programa neoliberal, implementado no país a partir dos 1980 e aprofundado nas políticas de privatização, liberalização e flexibilização dos mercados nos anos 1990. Deste modo, ele traria em seu arcabouço teórico o referencial da teoria do desenvolvimento e do desenvolvimentismo latino-americano dos anos 1950-60.

O período recente pelo qual passava o Brasil, assim como outros países latino-americanos, foi o terreno fértil para que o debate em torno ao desenvolvimento voltasse à pauta, na esteira da chamada “virada à esquerda” dos governos da região, onde nos últimos 15 anos foram eleitos governos de crítica ao neoliberalismo e, em sua maioria, oriundos do movimento popular e sindical.

Neste sentido, apesar de não ter ocorrido no Brasil uma ruptura com as políticas econômicas neoliberais, é possível afirmar que há, principalmente após 2005, uma “inflexão” na condução das políticas macroeconômicas. Saad-Filho e Morais (2011, p. 520) destacam as principais mudanças como sendo:

- a) no fomento à produção via financiamento de capital e investimentos públicos em infraestrutura; b) na expansão do mercado de consumo de massa via programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e do crédito ao consumo; e c) apoio à formação de grandes empresas brasileiras, transformando-as em agentes competitivos em frente às multinacionais tanto no mercado interno como no mercado internacional, via crédito e outros incentivos regulatórios para aquisições e fusões, e também via apoio diplomático, em especial nas relações Sul-Sul.

Neste sentido, buscaremos nesta seção apresentar as principais teses do chamado novo-desenvolvimentismo.

A matriz do pensamento novo-desenvolvimentista, segundo seus próprios formuladores, derivaria do pensamento keynesiano e pós-keynesiano, assim como do neoestruturalismo, principalmente do debate da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir da década de 1990. Neste sentido, a gênese do pensamento novo-desenvolvimentista no Brasil, principalmente no debate acadêmico, derivaria de três instituições de pesquisa econômica: a) a escola de economia da Fundação Getúlio Vargas, tendo o professor Bresser-Pereira como principal formulador; b) o grupo de pesquisa “moeda e sistema financeiro” do instituto de economia da UFRJ, tendo como seus principais representantes Sicsú, Oreiro e Paula; e c) a agenda de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sob a presidência de Márcio Pochmann.¹

O novo-desenvolvimentismo, afirmam seus formuladores, seria uma nova *estratégia nacional de desenvolvimento* e, neste sentido, se caracterizaria como um terceiro discurso entre a ortodoxia conservadora e a esquerda burocrático-populista. O principal representante desta perspectiva é Luís Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Administração e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 à 2002) e professor da Fundação Getúlio Vargas. Em sua definição, o

Novo-desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um ‘terceiro discurso’, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e ideias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, de sua estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2006, p. 12).

Por outro autor, o novo-desenvolvimentismo é definido também como “um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos” (Oreiro, 2012, p. 29).

A proposta de ser o “terceiro discurso” parte da afirmação de que apesar de sua origem estar no “velho desenvolvimentismo”, e não obstante a crítica

¹ Para uma síntese da gênese do novo-desenvolvimentismo ver, Mattei, L., “Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro”. (2011)

ao neoliberalismo, seria necessária uma estratégia de desenvolvimento adequada aos “novos tempos”, quais sejam, de uma economia mundial globalizada sob predomínio do setor financeiro e um Brasil cujo empresariado nacional é mais forte do que aqueles dos anos 1930-80, e, portanto, com condições de ser o protagonista do desenvolvimento (Sicsú, Paula e Michel, 2007; Bresser-Pereira, 2004).

Esse “terceiro discurso” tece críticas ao nacional-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, deste modo, passaremos a apresentar qual o entendimento dos novo-desenvolvimentistas acerca dos outros dois discursos para assim poder apresentar suas principais propostas.

O nacional-desenvolvimentismo “original” é apresentado como sendo a estratégia de desenvolvimento que implicava na proteção da indústria nascente e na estratégia de substituição de importações. Nesta estratégia, o Estado tinha um papel central na promoção da poupança forçada, nos investimentos em infraestrutura e em setores da indústria de base cujo montante de capital excedia a capacidade dos empresários nacionais. Para se consolidar, o nacional-desenvolvimentismo tinha no Estado a principal instituição de ação coletiva, e a nação – entendida como a união entre os empresários nacionais, a burocracia estatal, as classes médias e os trabalhadores – se articulava em torno ao objetivo de competir internacionalmente em prol do desenvolvimento econômico.

Esta estratégia teria entrado em crise a partir dos anos 1980, as razões principais apresentadas são²:

- a) A exaustão da estratégia de substituição de importações, na medida em que a proteção da indústria nacional, o foco no mercado interno e a consequente redução do coeficiente de abertura da economia limitaram os ganhos de escala e a produtividade do fator capital. O protecionismo indiscriminado e sem prazo para terminar acabou por constituir uma indústria defasada tecnologicamente e com baixa produtividade do capital;
- b) A partir dos anos 1970 o predomínio das interpretações da dependência (em especial da dependência associada) teria contribuído para o enfraquecimento do nacionalismo econômico,

² As razões para a crise do nacional-desenvolvimentismo desde o ponto de vista dos novo-desenvolvimentistas foram extraídas de: Bresser-Pereira (2012, p. 33-38); Oreiro e Paula (2012, p. 2-8); e Carneiro (2012, p. 768-773).

na medida em que rejeitava o caráter dual das economias latino-americanas, a possibilidade de constituição de uma burguesia nacional e a viabilidade de uma revolução capitalista;

- c) A crise da dívida dos anos 1980 teria enfraquecido os países latino-americanos, levando com que os governos combatessem a alta da inflação através do “populismo econômico”, entendido como a prática de se gastar mais do que se arrecada (populismo fiscal) e sobrevalorizar o câmbio para obter aumentos artificiais de salários reais (populismo cambial);
- d) O treinamento de economistas latino-americanos nos Estados Unidos;
- e) A onda neoliberal dos anos 1990, passando a ser relacionado desenvolvimentismo com políticas econômicas irresponsáveis.

Com a crise da estratégia nacional-desenvolvimentista, passaria a predominar a chamada “ortodoxia convencional”, e esta é definida como,

[...] um conjunto de teorias, diagnósticos e propostas de políticas que as nações ricas oferecem aos países em desenvolvimento. Baseia-se na teoria econômica neoclássica, mas não deve ser confundida com ela, porque não é teórica, e sim abertamente ideológica e orientada para reformas institucionais e políticas econômicas [...] é, portanto, uma ideologia de direita, uma ideologia dos poderosos, dos ricos, dos mais instruídos – a alta burguesia e a alta tecnoburocracia. Seu objetivo é, deixando a mão de obra desprotegida, reduzir os salários reais diretos e indiretos, tornando assim as empresas mais competitivas em um mercado internacional de países em desenvolvimento e mão de obra barata (Bresser-pereira, 2012, p. 50-52).

A ortodoxia convencional está relacionada, portanto, com as reformas neoliberais que predominaram na América Latina principalmente nos anos 1990. Essas reformas seriam direcionadas para permitir que o mercado funcionasse livremente, neste sentido, defendia-se que o mercado é a instituição por excelência para a melhor alocação dos recursos escassos, otimizando a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico. Como veremos mais adiante, esta função atribuída ao mercado se aproxima muito da concepção novo-desenvolvimentista.

No campo das políticas macroeconômicas, a principal preocupação deve ser com a manutenção da taxa de inflação a níveis baixos, sendo necessário para isso que o Estado mantenha altas taxas de juros e um câmbio apreciado.

Na perspectiva dos novos-desenvolvimentistas a ortodoxia

convencional estaria em crise, pois, apesar de sua promessa em prover crescimento econômico com estabilidade macroeconômica, o que de fato ocorreu na América Latina foram sucessivas crises econômicas, com uma taxa de crescimento relativamente menor do que aquelas registradas no período do chamado nacional-desenvolvimentista.

A partir das críticas a ortodoxia convencional e ao rebaixamento do pensamento nacional-desenvolvimentista, o novo-desenvolvimentismo apresenta um conjunto de teses que formarão o arcabouço de propostas para a formação de uma nova *estratégia nacional de desenvolvimento*.

Assim, o novo-desenvolvimentismo acolhe em seu arcabouço teórico grande parte das teses do denominado “velho” desenvolvimentismo, por vezes de maneira direta, outras com alguma modificação. Neste sentido, reconhece que há nas relações entre o centro e a periferia uma tendência a deterioração dos termos de intercâmbio, e deriva daí a necessidade de intervenção estatal; no entanto, no caso do novo-desenvolvimentismo essa intervenção deve ser “estratégica”, no sentido de que a política industrial deve estar direcionada para aqueles setores e empresas com capacidade de serem competitivas internacionalmente e atuem na média da tecnologia mundial.

Defende também a tese de que o desenvolvimento possui caráter estrutural, e que portanto deve estar vinculado ao desenvolvimento de setores com maior valor agregado, derivado do processo de industrialização. Ainda neste sentido, o subdesenvolvimento não é tido como um estágio de atraso, mas da subordinação da periferia aos países centrais.

Em relação ao protecionismo parte-se da premissa que os países de renda média (entre eles o Brasil) já realizaram sua “revolução capitalista” e, portanto, superaram a fase da indústria nascente. Deste modo, o novo-desenvolvimentismo rejeita o protecionismo. O eixo central de suas propostas está na busca de uma taxa de câmbio competitiva³, onde as indústrias que operam na média da tecnologia utilizada no mundo tenham condições de acesso à demanda internacional. Portanto, afirmam, defendem o processo de globalização do mercado.

O “motor” do desenvolvimento, portanto, são as exportações de

³ “[...] por ‘competitiva’ entendo a taxa de câmbio que, além de equilibrar intertemporalmente a conta-corrente, garante a competitividade internacional dos setores de bens comercializáveis, caso adotem tecnologia de ponta” (Bresser-pereira, 2012, p. 59).

produtos manufaturados, principalmente aqueles de maior valor agregado, incluindo nestes os produtos primários que possuam alto valor agregado⁴. Por isso o novo-desenvolvimentismo tem na taxa de câmbio a variável chave de sua proposta: primeiro, como dito acima, possibilita o acesso para as empresas competitivas à demanda externa, e, segundo, incentiva o investimento privado nos setores produtivos voltados à exportação.

O modelo da taxa de câmbio dos novo-desenvolvimentistas explicaria as variações desta taxa a partir de crises cíclicas do balanço de pagamentos, decorrentes de déficits em conta-corrente causada pela busca de crescimento com poupança externa, das rendas da doença holandesa⁵ e da busca de baixar a inflação via apreciação cambial. Assim, há um aumento do endividamento externo, após o primeiro período, e havendo a suspensão da rolagem da dívida pelos credores, ocorre uma súbita desvalorização cambial, após os ajustes realizados pelo país abre-se um novo ciclo de valorização cambial e nova crise. Assim, o papel da política cambial é administrar esse preço macroeconômico para que a taxa de cambio se aproxime do “equilíbrio industrial” e portanto garanta a competitividade das empresas no mercado mundial (Bresser-Pereira, 2011, p. 78).

É central na tese novo-desenvolvimentista o fortalecimento do Estado para o fortalecimento do mercado, de maneira que Estado e mercado, nesta concepção, são instituições complementares.

Sicsú, Paula e Michel (2007, p. 509) sintetizam essa tese como se segue:

i) Não haverá mercado forte sem um Estado forte; ii) Não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.

Deste modo, o Estado teria a função de garantir o funcionamento

⁴ “Essa estratégia de ‘alcançamento’ baseia-se explicitamente na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e de introdução de progresso tecnológico na economia” (Oreiro, 2012, p. 29).

⁵ “A doença holandesa caracteriza-se pela existência de duas taxas de câmbio de equilíbrio, podendo ser definida como uma sobreapreciação permanente da taxa de câmbio causada pelas rendas ricardianas (Ricardian rents) derivadas de recursos naturais abundantes ou de mão de obra barata” (Bresser-Pereira, 2011, p. 78).

adequado do mercado, corrigindo falhas e garantindo as condições para a livre concorrência. Além disso, deve garantir as condições para a acumulação de capital, como a infraestrutura, transporte, comunicação, entre outras.

O novo-desenvolvimentismo admite a capacidade do mercado como instrumento de alocação dos recursos, otimização, etc., mas questiona sua capacidade como instrumento de distribuição de renda, cabendo, portanto, ao Estado esse papel. Deve ainda garantir os serviços à população, como educação, saúde e políticas sociais que minorem as desigualdades sociais.

No entanto, a ênfase central dada ao Estado pelos autores aqui apresentados é sua função na garantia da estabilidade macroeconômica, em especial o equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas que incentivem os investimentos chamados produtivos, taxa de câmbio competitiva e combate a inflação. O objetivo desta estabilidade é criar um ambiente macroeconômico que incentivem os empresários a investir de maneira produtiva.

O Estado teria ainda uma função essencial no combate a duas tendências estruturais que afetariam os países de renda média, e neste sentido, impediria o desenvolvimento, são elas, a tendência de *sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio* e a tendência de *os salários crescerem menos que a produtividade*.

A sobrevalorização cíclica da taxa de cambio é aquela que tende a manter a taxa de câmbio no nível de equilíbrio corrente, em detrimento do equilíbrio industrial, de modo que impõe a impossibilidade de acesso das indústrias que operam na média da tecnologia mundial a demanda externa, como apresentado no modelo da taxa de cambio acima.

A segunda tendência seria em decorrência da oferta ilimitada de mão de obra, o que faz com que a remuneração seja baixa, ou seja, que o crescimento dos salários não acompanham o aumento da produtividade, assim reprime-se os salários e deprimi o crescimento do mercado interno. (Bresser-Pereira, 2011, p. 77)

Neste sentido, seria papel do Estado neutralizar as duas tendências apresentadas acima, garantindo que os salários acompanhem o aumento da produtividade, bem como, substituir a poupança externa por poupança interna e administrar a taxa de câmbio para que ela seja competitiva, ou seja, para que possibilite o acesso das empresas nacionais que operam com a média da tecnologia a demanda externa.

Em síntese, o Estado teria a função de garantir a operação adequada do mercado, ou seja, garantir a concorrência e assim prover as condições para a acumulação de capital. O Estado deveria implementar uma política macroeconômica adequada ao objetivo do desenvolvimento, garantindo o equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas.

Para consolidar o objetivo a que se propõe o novo-desenvolvimentismo, é central o argumento da necessidade de consolidar um “grande acordo entre as classes sociais”, para transformar a sociedade em “uma verdadeira nação”, e assim, compartilhar objetivos comuns, “entre os quais o historicamente mais importante é o desenvolvimento”. Assim, o nacionalismo seria “um conjunto de atitudes de governos e cidadãos com o objetivo de defender o capital e o trabalho de seu país no mundo” (Bresser-Pereira, 2006).

O objetivo desta grande coalisão entre as classes é a formatação e condução de uma estratégia nacional de desenvolvimento, sendo essa “um conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico que leva à criação de oportunidades para que empresários dispostos a assumir riscos possam investir e inovar”. Para isto a instituição chave é a própria estratégia de desenvolvimento (*Idem*, 2012).

Segundo Sicsú *et al* (2007, p. 512),

A alternativa novo-desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia – que deve ser constituído por um Estado forte e um sistema financeiro funcional – isto é, que seja voltado para a atividade produtiva e não para a atividade especulativa.

Na perspectiva novo-desenvolvimentista, apesar da ênfase no fortalecimentos do Estado nacional, este deve servir ao fortalecimento e correção das imperfeições do mercado, mas o mesmo mercado continua sendo a instituição por excelência do desenvolvimento econômico, na medida em que a concorrência é fundamental para estimular a inovação e a maximização dos lucros, tornando o capitalismo dinâmico e revolucionário (*Idem*, p. 513).

O Estado ainda possui a tarefa de inverter a lógica de apropriação predominantemente financeira/especulativa vigente no capitalismo contemporâneo, de modo que as políticas novo-desenvolvimentistas apontam no sentido de incentivar e garantir o investimento nos setores produtivos, em especial aquelas empresas com capacidade de competir no mercado internacional.

Como apresentado, o arcabouço teórico novo-desenvolvimentista se

propõe a apontar uma alternativa de superação do neoliberalismo, partindo das transformações que ocorreram no capitalismo brasileiro e mundial. Não se restringe, pois, a um resgate do chamado “velho” desenvolvimentismo, mas se propõe a fazer uma assimilação crítica deste.

Tendo isso em vista, para compreender e criticar o novo-desenvolvimentismo como proposta política – e inclusive como possível período histórico –, é preciso analisar o processo de surgimento e consolidação da teoria do desenvolvimento elaborada no pós Segunda Guerra, principalmente nos EUA, assim como sua inserção no pensamento desenvolvimentista brasileiro.

3 A ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

O arcabouço teórico que se convencionou denominar de “economia do desenvolvimento” nasce no marco do pós-segunda Guerra Mundial, e compõe o processo de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos na economia mundial capitalista na segunda metade do século XX.

Apesar de debates em torno ao desenvolvimento já estarem presentes em autores anteriores a esse período, o mesmo desenvolvimento não conformava os elementos constitutivos das estratégias que predominaram até então. Isto significa que a partir deste período o desenvolvimento (ou o como se desenvolver) passa a orientar a formulação política e econômica dominante.

Diversos fatores fazem parte do contexto geopolítico e econômico para a consolidação desta ideologia. Destaca-se a disputa política entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado pela URSS dentro da “Guerra Fria”. O processo de formação da URSS a partir da revolução russa em 1917, assim como a implementação de uma planificação econômica com resultados importantes do ponto vista econômico e social, terá grande influência nas elaborações da teoria do desenvolvimento. Neste sentido, a forma como a URSS passa pela crise econômica de 1929-33 terá grande influência na difusão do planejamento da economia.

Um marco importante no contexto de formação da teoria do desenvolvimento se refere a chamada “Doutrina Truman” de contenção do comunismo. Em 20 de janeiro de 1949 em seu discurso de posse, Truman apresentará os quatro pontos de seu programa, que para nossa discussão o ponto IV se destaca:

Quarto: devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessíveis, visando à melhoria e ao crescimento das áreas subdesenvolvidas. (Truman, 2013 [1949]. Apud. Prado, 2015).

Neste sentido, Prado (2015, p. 47) destaca ainda que a partir de então o subdesenvolvimento passa a representar uma nova dualidade (desenvolvimento X subdesenvolvimento) papel antes atribuído ao “atraso” e “barbárie”, assim como passa a orientar um conjunto de políticas específicas para os

agora denominados países subdesenvolvidos.

Neste contexto, o processo de descolonização de países da África e Ásia e a formação de novas nações exigiam respostas a percepção do enorme grau de disparidade entre os países centrais e aqueles que viriam a formar a periferia da economia mundial. Assim como, dentro da disputa da Guerra Fria a importância de dar resposta a essa desigualdade formava parte da contenção do comunismo, onde há a compreensão de que essas nações mais empobrecidas estariam mais suscetíveis a influência socialista.

Assim, a teoria do desenvolvimento nasce com o objetivo de

Responder a la inquietud y la inconformidad manifestadas por las nuevas naciones que emergían a la vida independiente, a raíz de los procesos de descolonización, al darse cuenta de las enormes desigualdades que caracterizaban a las relaciones económicas internacionales". (Marini, 1994, p. 136)

Consolidada neste contexto, em termos gerais esta teoria apresenta o subdesenvolvimento como uma etapa previa ao desenvolvimento, de modo que pode o pleno desenvolvimento ser alcançado por todas as nações; o subdesenvolvimento é caracterizado como uma situação pré-industrial, e o desenvolvimento como um processo de modernização das relações econômicas, sociais, políticas e institucionais do país, exigindo desta maneira um processo de transformação estrutural dessas sociedades, tendo como espelho a própria estrutura social dos países centrais, em especial os EUA.

É presente nos autores desta teoria a ideia de que o processo de desenvolvimento implica na superação de um 'dualismo estrutural', ou seja, haveria a convivência do moderno e do atrasado nas nações consideradas subdesenvolvidas.

Forma uma característica central na teoria do desenvolvimento a utilização do método quantitativo, pois na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento formam parte de diferentes etapas do desenvolvimento, a forma de classificar uma nação entre desenvolvida, subdesenvolvida, em desenvolvimento e assim por diante, é a utilização de indicadores tais como PIB per capita, expectativa de vida, grau de industrialização, nível de alfabetização, etc. Marini (1992, p. 73) destaca que esse método acaba por não ter poder explicativo, na medida em que passa apenas a descrever o fenômeno, criando uma perfeita tautologia "*uma economia apresentava determinados indicadores porque era subdesenvolvida e era subdesenvolvida porque apresentava esses indicadores*".

Em síntese, a tese central da teoria do desenvolvimento é a de que el desarrollo representa um *continuum*, en el que el subdesarrollo constituye una etapa inferior al desarrollo pleno. Este representaria, empero, algo accesible a todos los países que se empeñaran en crear las condiciones adecuadas a eso efecto (Marini, 1994, p. 137).

Para a consolidação da teoria do desenvolvimento nos projetos políticos em curso neste período, foram construídas no âmbito da Organização das Nações Unidas diversas agências difusoras da teoria do desenvolvimento, que tinham o objetivo de estudar a realidade dos países considerados subdesenvolvidos e propor políticas para o desenvolvimento.

A Comissão Econômica para a América Latina, constituída a partir de 1948 cumpriu um papel ativo não apenas na difusão da economia do desenvolvimento, mas na própria produção de uma teoria do subdesenvolvimento, criticando alguns aspectos da teoria do desenvolvimento mas mantendo o desenvolvimento como objetivo a ser alcançado.

Esta contribuição original da CEPAL para a teoria do desenvolvimento se deve fundamentalmente ao fato de que

além de sua precoce independência política, a América Latina contava então com mais de um século de capitalismo, que havia promovido o desenvolvimento de complexas estruturas de classe, e Estados nacionais consolidados. Além disso, em muitos dos seus países, a industrialização iniciada entre as duas guerras mundiais havia modificado as alianças de classe e convertido a burguesia industrial em parte plena do bloco de poder (Marini, 1992, p. 74).

No entanto, esse grau de penetração das ideias do desenvolvimento não foi uniforme em todos os países da região, seu enraizamento se dá nos países que puderam no período anterior e no entre guerras adquirir um relativo avanço no aprofundamento das relações tipicamente capitalistas, com a formação de um proletariado urbano e uma burguesia industrial/manufatureira em ascensão. Isto ocorre em especial no Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia, Chile e México⁶.

A principal contribuição da CEPAL foi partir da crítica da ‘teoria

⁶ “É a existência de um mercado interno que se expandiu de forma articulada nesses países, devido ao desenvolvimento de relações de produção capitalistas que, progressivamente, chegam a ser predominantes em setores-chave da economia primário-exportadora. Na pecuária argentina e uruguaia, na mineração e em alguns setores agrícolas mexicanos, no setor cafeeiro brasileiro, ou no setor do salitre chileno, a separação entre proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, a oferta livre da força de trabalho, já caracterizavam a existência de um modo de produção *tipicamente capitalista*, cuja origem data de meados do século XIX”. (Bambirra, 2013 [1970], p. 64-65)

ricardiana' das vantagens comparativas, demonstrando que haveria no comércio internacional uma divisão entre centro e a periferia, e a especialização produtiva que supostamente distribuiria igualmente os frutos do progresso técnico, em realidade estava produzindo uma ampliação da desigualdade, na medida em que os países centrais concentrariam os ganhos de produtividade por meio da deterioração dos termos de troca.

O principal expoente da concepção cepalina da relação centro-periferia é o argentino Raul Prebisch, que escreve um importante artigo no âmbito da CEPAL denominado *El desarrollo de América Latina y algunos de sus principales problemas*, publicado em 1949. Neste texto explica Prebisch (2013 [1949] p. 13) apresenta o fenômeno do deterioro dos termos de troca da seguinte maneira:

En general, parece que el progreso técnico ha sido más acentuado en la industria, que en la producción primaria de países de la periferia, según se hace notar en un reciente informe sobre las relaciones de precios. En consecuencia, si los precios hubieran descendido en armonía con la mayor productividad, la baja habría tenido que ser menor en los productos primarios, que en los industriales; de tal suerte, que la relación de precios entre ambos hubiera ido mejorando persistentemente en favor de los países de la periferia conforme se desarrollaba la disparidad de productividades.

E explica,

La razón es muy sencilla. Durante la creciente, una parte de los beneficios se ha ido transformando en aumento de salarios, por la competencia de unos empresarios con otros y la presión sobre todos ellos de las organizaciones obreras. Cuando, en la menguante, el beneficio tiene que comprimirse, aquella parte que se ha transformado en dichos aumentos ha perdido en el centro su fluidez, en virtud de la conocida resistencia a la baja de los salarios. La presión se desplaza entonces hacia la periferia, con mayor fuerza que la naturalmente ejercible, de no ser rígidos los salarios o los beneficios en el centro, en virtud de las limitaciones en la competencia. Cuanto menos pueden comprimirse así los ingresos en el centro, tanto más tendrán que hacerlo en la periferia (Idem. p. 19).

Esta concepção faz com que justifique-se a necessidade da industrialização da periferia, para romper com a lógica da transferência dos ganhos de produtividade para o centro. É importante destacar que a produção teórica da CEPAL acaba por alinhar-se com os objetivos da burguesia industrial latino-americana, consolidando o projeto desenvolvimentista nestes países⁷.

⁷ “No pensamento da CEPAL – que por isso mereceu o qualitativo de ‘desenvolvimentista’ que lhe foi dado – a industrialização assumia o papel de *deus ex machina*, suficiente por si mesma para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais” (Marini, 1992, p. 79).

Apesar de trazer para o debate entorno ao desenvolvimento a concepção do sistema centro-periferia, é mantida a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, e assim, o desenvolvimento é reafirmado como possibilidade histórica para as nações da periferia, fundamentalmente a partir de correções no mercado mundial e da aplicação de política económica adequada aos objetivos do desenvolvimento.

A concepção cepalina apresenta ainda uma visão do Estado como “*algo colocado acima da sociedade e capaz de se dotar de uma racionalidade própria*”, concepção que será mantida pelas tradições desenvolvimentistas, inclusive na contemporaneidade.

Desta forma, a CEPAL se aproxima da burguesia industrial que naquele então já estava no bloco de poder político nas nações latino-americanas, enraizando a ideologia desenvolvimentista.

Para Marini (1992, p. 79-80),

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente aquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando já o poder do Estado com a burguesia agrária exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso com à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada. Ao mesmo tempo que acena para este com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica do esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exigia dos grandes centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relação e, rechaçando o modelo primário-exportador, abre fogo contra a velha classe dominante. Evita, porém, no contexto da luta inter-burguesa, colocar como premissa do modelo industrial a reforma agrária, tanto mais que a política da burguesia industrial não passava pela aliança com o campesinato.

No Brasil, o pensamento desenvolvimentista se manifesta de maneira mais enraizada no projeto político da burguesia industrial, impulsionado pelo período da chamada *industrialização por substituição de importações*. Este modelo de industrialização nasce da crescente restrição de importações verificada em decorrência da primeira guerra mundial e posteriormente aos efeitos económicos da crise de 1929-33⁸.

Essas transformações na economia brasileira tem como resultado na

⁸ O ex-ministro da fazenda nos governos Lula e Dilma em texto escrito em 1989 destaca que “os empresários tinham todas as razões de aplaudirem a CEPAL, uma vez que esta não apenas defendia indiscriminadamente a industrialização e mostrava os meios de realiza-la, como também fornecia a justificativa ideológica que fazia os interesses específicos da burguesia industrial aparecerem como interesses universais de toda a Nação” (Mantega, 1989, p. 33)

estrutura social o surgimento de uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno, assim como um proletariado urbano, provocando tensões com as velhas classes dominantes vinculados ao setor agrário e comercial.

Estas tensões levariam a se estabelecer uma situação de compromisso, onde

a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relação com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em um organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (Marini, 2013 [1969], p. 75).

O que importa destacar aqui é que em todo esse contexto foi se estruturando uma corrente político-intelectual que ficaria conhecida como *desenvolvimentista*. Segundo Bielschowsky e Mussi (2005, s/n) o desenvolvimentismo no Brasil apresenta os seguintes postulados principais:

“i) a industrialização integral é o caminho para a superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças de mercado e por isso é necessário que o Estado planeje o processo; iii) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) o Estado deve, ainda, orientar a expansão captando e orientado recursos financeiros, promovendo estímulos especiais, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é ineficiente”.

Estes postulados estão vinculados a análise das características das economias periféricas e da economia brasileira em particular. Com destaque para a baixa diversidade produtiva, alto grau de especialização na produção de bens primários, heterogeneidade tecnológica, oferta ilimitada de mão-de-obra (levando a que a renda seja próxima a de subsistência) e uma estrutura institucional que não incentiva a acumulação de capital, assim como a tese de que os subdesenvolvidos seriam aqueles onde predominaria em sua estrutura econômica e social o fenômeno do dualismo.

Nesta perspectiva, o dualismo estrutural se caracteriza pela existência de um setor moderno (capitalista) e um setor tradicional (por vezes

identificado como não capitalista, feudal ou semifeudal)⁹. Neste sentido, o desenvolvimento atuaria no sentido de avançar a organização capitalista sobre essas áreas, processo que se caracteriza pela constante proletarização, principalmente nos setores ligados a agricultura.

A principal proposta do projeto desenvolvimentista está vinculada à necessidade da industrialização para superar o subdesenvolvimento. A indústria cumpriria o papel de reter o progresso técnico, que desde a análise cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio era transferido para os países centrais, além de cumprir, também, a função de aumentar a produtividade e o nível de renda.

Um dos principais expoentes do pensamento desenvolvimentista no Brasil foi Celso Furtado, que, além de intelectual, teve cargos importantes no governo brasileiro durante o auge do período desenvolvimentista, entre os anos 50 e 60.

Sua principal contribuição à teoria desenvolvimentista foi historicizar a análise do subdesenvolvimento, relacionado a formação da estrutura subdesenvolvida como desdobramento da projeção do capitalismo, principalmente pós revolução industrial. Desta forma, o subdesenvolvimento não é entendido como uma etapa do desenvolvimento econômico que passaram todos os países, mas, pelo contrário, trata-se de um processo histórico autônomo e específico.

“Na análise que se segue, trataremos de captar o problema do subdesenvolvimento como uma realidade histórica, decorrente da propagação da técnica moderna no processo de constituição de uma economia de escala mundial. O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento, como um dos aspectos da revolução industrial”. (Furtado, 1968, p. 4)

Mesmo dentro desta perspectiva histórica, faz parte do horizonte dos desenvolvimentistas, assim como de Furtado, a possibilidade dos países subdesenvolvidos chegarem ao desenvolvimento.

Para esse objetivo seria necessário a formação de um sistema

⁹ Embora não diretamente vinculado ao desenvolvimentismo, a análise de Jacques Lambert contém vários elementos presentes, explícita ou implicitamente, no dualismo próprio do projeto desenvolvimentista: “[...] os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, tão diferentes em seus métodos quanto em seu nível de vida... não apenas nos Estados do Nordeste... mas também nas áreas rurais próximas (São Paulo), a estrutura em sociedades fechadas torna difícil sua penetração pelos elementos externos... A economia dualista, assim como a estrutura social dualista que a acompanha, não são novas nem características do Brasil, pois existem em todos os países desigualmente desenvolvidos”. (Lambert, 1961: 105-110 apud. Gunder Frank, [1964] 2005, p. 38).

econômico nacional brasileiro, e para isto é fundamental criar e fortalecer “centros endógenos de decisão”. É fundamental, também, que este processo seja acompanhado de uma crescente “homogeneização da sociedade” afim de realizar o “potencial da cultura brasileira”. Por fim, é condição fundamental direcionar a “vontade coletiva” em torno das agendas que compõe o projeto político desenvolvimentista (Fiori, 2000, p. 2).

Uma das grandes dificuldades desse projeto residiria em que a formação deste sistema produtivo nacional não se completaria devido as formas como parte do excedente econômico era transferido para os países centrais. As principais formas seriam a deterioração dos termos de intercâmbio, o controle do capital estrangeiro sobre as atividades comerciais e produtivas e a dependência tecnológica. Seria o Estado, junto com aliança entre empresariado nacional e trabalhadores, a entidade fundamental que permitira superar aqueles obstáculos ao desenvolvimento.

Note-se que é central no pensamento desenvolvimentista a concepção do Estado nacional como instituição dotada de racionalidade própria, e capaz de direcionar essa “vontade coletiva” no sentido da superação do subdesenvolvimento.

Compõe também o conjunto da análise desenvolvimentista a necessidade de se construir sentimento nacionalista, que mobilize a sociedade em prol do objetivo do desenvolvimento nacional¹⁰.

A experiência desenvolvimentista no Brasil está presente no discurso político e ideológico do que se convencionou chamar de um “retorno ao temas do desenvolvimento” na contemporaneidade, principalmente no chamado novo-desenvolvimentismo. A luz dessa experiência e das críticas realizadas a essa perspectiva convém apresentar uma análise crítica dessa chamada retomada novo-desenvolvimentista no Brasil.

¹⁰ Fiori (2000, p. 8) faz interessante análise sobre o papel do nacionalismo nos processos de consolidação do poder dos EUA e Japão, países que passaram por um processo de industrialização tardia, diz que é “[...] *quando se constrói e se impõe uma nova ideia-força – pelo menos no plano simbólico – que propõe a homogeneização, unificação e mobilização de populações que haviam deixado recentemente a condição de servidão: o nacionalismo. Foi neste momento e nos países atrasados onde o Estado e o capitalismo se constituíram tardiamente – sobretudo no que se pode chamar de ‘semiperiferia’ europeia – que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da ‘endogeneização econômica’ e da industrialização sinônimos de ‘construção nacional’.*”

4 CRÍTICA AO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Nos capítulos anteriores tratamos de apresentar o novo-desenvolvimentismo a partir da concepção dos próprios autores autointitulados dentro desta perspectiva. Após esta apresentação, nos dedicamos a discutir aquilo que entendemos como origem deste projeto político da burguesia brasileira. Assim, à luz do exposto anteriormente cabe realizar uma crítica a esta perspectiva teórico-política, bem como ao projeto político que dela se desdobra.

De início nos parece fundamental demarcar nosso entendimento sobre a condição dependente da economia brasileira. Nosso entendimento parte da análise realizada pelos autores da teoria da dependência, em sua vertente marxista. Ruy Mauro Marini (2005 [1973], p. 141) em *Dialética da dependência* caracterizou a situação de dependência como sendo,

Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Neste sentido, é fundamental para a compreensão da dinâmica das economias dependentes ter presente a forma como estas economias se inserem na divisão internacional do trabalho no sistema mundial capitalista, bem como as formas como essa relação de dependência se reproduzem, ou seja, a cada período histórico corresponde a determinadas formas de dependência.

Theotonio dos Santos (2011 [1970], p. 15-16) explica que

A fim de compreender o sistema de reprodução dependente e as instituições socioeconômicas criadas por ele, é preciso entendê-lo como parte de um sistema de relações econômicas globais baseadas no controle monopolista do capital de grande escala, no controle de determinados centros econômicos e financeiros sobre outros, no monopólio de uma tecnologia complexa que conduz a um desenvolvimento desigual e combinado nos níveis nacional e internacional. Tentativas de analisar o atraso como uma falha em assimilar modelos mais avançados de produção ou em modernizar-se não são mais que ideologias disfarçadas de ciência.

Partindo dessa concepção, as economias dependentes abrigam uma relação com as economias centrais onde parte da produção de valor das economias

dependentes são apropriadas nos países centrais, e portanto farão parte do processo de acumulação destas economias.

É possível afirmar que os condicionantes estruturais da dependência se refletem em diversas formas pelas quais parte do (mais) valor produzido na economia dependente não é apropriado nela, mas nas economias centrais, passando a fazer parte da dinâmica de acumulação de capital destas últimas, e não da primeira (Carcanholo, 2014, p. 8).

Há diversos mecanismos para operar essa transferência de valor, entre os quais destacam-se aqueles operantes na esfera da circulação de mercadorias, onde pode haver transferência de valor entre capitais operando no mesmo setor, onde os diferenciais de produtividade fazem com aqueles capitais que produzem com maior produtividade em relação a média possam se apropriar de mais valor do que aquele que produziram. Este fenômeno pode ocorrer também entre capitais operantes em diferentes setores, ou seja, aqueles capitais com maior composição orgânica do capital, portanto, com maior produtividade em relação a média, podem se apropriar de um lucro extraordinário. Como os capitais com menor produtividade tendem, em média, a operar nas economias dependentes, esses diferentes níveis de produtividade configuram-se como formas de transferir um valor produzido na economia dependente e que é apropriado nas economias centrais (Idem, p. 9).

Pode haver ainda mecanismos de transferência de valor através dos mecanismos de dívida, a partir de pagamentos de juros e amortizações, ou através do investimento estrangeiro, com a remessa de lucros e dividendos (Idem).

Esse balizamento é importante, pois qualquer projeto político que se proponha a superar a condição de subdesenvolvimento e dependência brasileira – assim como latino-americana – deve necessariamente enfrentar os condicionantes estruturais da dependência. Como veremos a continuação, o novo-desenvolvimentismo não se propõe a discutir tais condicionantes, se prendendo à instrumentalização da política econômica. Não realiza, portanto, uma análise estrutural, a partir do ponto de vista da totalidade.

Apesar do debate neodesenvolvimentista ter ganhado grande força no início do século XXI, foi identificado por Marini (1992, p. 95) que a partir da recuperação da crise dos anos 60, a burguesia industrial, que naquele então já havia se consolidado no bloco de poder, necessitava afirmar sua hegemonia no plano nacional e melhorar sua posição no plano internacional. Assim, a burguesia industrial

lança uma nova ofensiva ideológica que desemboca em uma nova corrente, que Marini irá denominar de neodesenvolvimentista:

Como os endogenistas, os neodesenvolvimentistas se inclinam para uma concepção de desenvolvimento capitalista com roupagem social-democrata. Na medida em que a burguesia necessitava legitimar sua hegemonia – sua dominação, no período, repousava mais no uso da força – ela se vê forçada a abrir a discussão sobre a questão redistributiva, ou seja, a acenar para as massas com uma maior participação nos frutos do desenvolvimento. É significativo, nesse sentido, que o neodesenvolvimentismo ganhe força, no Brasil, com a literatura produzida entorno a distribuição de renda, quando – conhecidos os resultados do censo de 1970, que havia acusado uma deterioração nesse plano – tem lugar uma animada polemica entre os ideólogos da ditadura e os da oposição burguesa (idem, p. 97).

Entretanto, a atual retomada do novo-desenvolvimentismo é a expressão teórica de uma conjuntura em que a expansão da demanda internacional, em especial, a expansão da demanda de produtos primários que o Brasil se especializou em produzir, pode, conjunturalmente, aliviar alguns condicionantes estruturais, em especial a restrição externa, possibilitando a economia brasileira alguns grau de dinamismo nos governos de Lula (em especial em seu segundo mandato 2007-2010), de modo que foi possível que esse governo encabeçasse um conjunto de políticas de expansão do mercado interno, aumento do salário mínimo, programas de investimentos públicos e de apoio ao investimento privado, entre outros.

O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica desse novo tempo. Para alguns de seus adeptos mais ingênuos que acreditam fervorosamente no poder criador das fórmulas abstratas, as novas ideias seriam, na verdade, a própria causa determinante da guinada qualitativa na trajetória da economia brasileira (Sampaio Jr. 2012, p. 679).

Entretanto, por ser expressão de um momento conjuntural, o aprofundamento da crise do capitalismo internacional, cujas consequências na atualidade se revelam cada vez mais no Brasil, fez com que o próprio debate sobre o novo-desenvolvimentismo saísse da cena política, apesar de ainda manter adeptos nos círculos acadêmicos e em parte do movimento sindical.

Isto posto, trata-se de analisar o novo-desenvolvimentismo como ele se apresenta.

O novo-desenvolvimentismo se apresenta como “*estratégia nacional de desenvolvimento*” alternativa ao neoliberalismo, buscando conciliar aqueles aspectos considerados positivos do “velho” desenvolvimentismo e do neoliberalismo.

Sampaio Jr. (Idem) resume a proposta nos seguintes termos.

[...] procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.

No entanto, seu programa se volta apenas aos aspectos macroeconômicos, e assim não se dispõe a propor a alteração das reformas estruturais realizadas entre os anos 80 e 90, como as desregulamentações dos mercados de trabalho e financeiros, medidas de abertura comercial e também financeira, entre outras medidas que tendem a aprofundar as relações sociais capitalistas e aumentar a exploração do trabalho pelo capital.

Ao se restringir a essa lógica, o novo-desenvolvimentismo é incapaz de abordar os problemas estruturais da sociedades brasileira, como procurou fazer o “velho” desenvolvimentismo, que apesar de limitado a busca do desenvolvimento capitalista, buscou na estrutura socioeconômica a explicação do subdesenvolvimento e da dependência.

Hoje, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política (Castelo Branco, 2012, p. 630).

Para Fiori (2011, s/n),

Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes campeões nacionais; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado, o neo-desenvolvimentismo propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações.

Derivado disto, o novo-desenvolvimentismo reedita uma concepção

de Estado já presente no nacional-desenvolvimentismo, onde este é apresentado como possuindo uma racionalidade própria, sem relação com os aspectos de classe, ou seja, “um ente político administrativo universal” que tem a função de garantir o bem estar universal. Segundo Rodrigo Castelo Branco (2009, p. 79):

Os novo-desenvolvimentistas, enfim, não colocam em tela a natureza do poder do Estado capitalista, nem a sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacionaldesenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Desta forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro.

Desta forma, o novo-desenvolvimentismo – assim como o “velho” desenvolvimentismo - oculta a função do Estado no capitalismo, qual seja, garantir a ordem burguesa e a reprodução do capital. Além disto, na medida em que o novo-desenvolvimentismo penetra nos instrumentos da classe trabalhadora, em especial no movimento sindical brasileiro, contribui para fortalecer uma estratégia que tende a colocar a luta dos trabalhadores também dentro desta ordem.

A partir desta visão de Estado, opera-se uma busca de consolidar uma espécie de nacionalismo, onde em nome do desenvolvimento nacional é colocado em segundo plano os conflitos entre as próprias classes sociais. O objetivo é fortalecer a nação a fim de proteger e projetar o capital desta nação.

O problema dessa interpretação é que ela oculta a luta de classes (ou no limite a coloca em segundo plano), além de desconsiderar que nas sociedades dependentes o capital que opera nestas economias são em geral capitais diretamente transnacionais ou a elas vinculados. Katz (2014, s/n) afirma que

Con esa mirada retoman ciertos principios del viejo nacionalismo que resaltaba el nexo prioritario creado por el territorio, el idioma o el bagaje cultural común. Consideran que ese vínculo debe prevalecer por encima del posicionamiento social. La condición de acaudalado o empobrecido es vista como dato menor frente a la pertenencia a la nación. Pero el olvido de esas asimetrías oculta quiénes son los ganadores y perdedores de esa asociación.

A interpretação neodesenvolvimentista de que os entraves ao crescimento brasileiro tem, também, sua origem no fato de que a apropriação, na economia brasileira, se dá cada vez mais na esfera financeira baliza outra

proposição do novo-desenvolvimentismo. Tendo como base esta análise, a proposta seria construir uma aliança (bloco de poder) entre o Estado, trabalhadores e aqueles empresários produtivos em detrimento dos rentistas.

Esta contraposição entre a burguesia rentista, por um lado, e a burguesia produtiva, por outro, desconsidera o fato de que o capitalismo contemporâneo tem aprofundado cada vez mais a relação entre esses capitais, naquilo que ficou conhecido como capital financeiro. De fato, as grandes empresas na atualidade têm seus lucros oriundos tanto da esfera chamada financeira, quanto das esferas ditas produtivas. De modo que essa contraposição não resiste ao crivo da análise histórica.

O novo-desenvolvimentismo reafirma sua estratégia alternativa ao neoliberalismo na medida em que propõe incluir os temas da equidade social aos problemas do desenvolvimento. Entretanto, as suas propostas se enquadram perfeitamente no programa neoliberal das agências multilaterais como o Banco Mundial. Ao se inserir o conceito de equidade social, o novo-desenvolvimentismo está se remetendo ao tema da formação do capital humano, ou seja, um conjunto de capacidades adquiridas por um indivíduo, pela educação por exemplo, que lhe permite durante um determinado período extrair deste estoque de capacidades um fluxo de renda.

Ao partir desta perspectiva, o novo-desenvolvimentismo se esquiva de todo o debate em torno das classes sociais antagônicas, direcionando suas propostas ao indivíduo e acaba por naturalizar as relações sociais capitalistas.

Em tempos (pós)modernos, o conceito ganha uma nova roupagem de tipo progressista, mas não perde suas características essenciais, que naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise. Hoje se admite amplamente que as diferenças naturais podem ser, em boa medida, neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como um meio de capacitar seres humanos para a concorrência no mercado de trabalho (Castelo Branco, 2009, p. 82).

De fato, essa perspectiva parece ter orientado o conjunto das políticas sócias em vigor nos últimos anos, aquelas provenientes do receituário do pós-consenso de Washington. Políticas sociais focalizadas, com foco na formação de indivíduos dentro de um contexto de concorrência. Os próprios programas políticos são estreitamente vinculados à inserção dentro do mercado dos

trabalhadores empobrecidos pela lógica da exploração nas economias dependentes.

Essa postura do novo-desenvolvimentismo se explica pela adesão deste à chamada Nova Cepal, que tem no texto “Transformação produtiva com equidade” a principal referência.

Com essa perspectiva, a estratégia proposta pela Nova Cepal é a da ‘Transformação Produtiva com Equidade’, ou da ‘Reforma das Reformas’. A ideia é aproveitar as oportunidades oferecidas hoje em dia dentro da maior competitividade internacional. O que se tem aqui é uma espécie de pragmatismo conservador. Como a economia mundial vive uma fase em que os países implementam reformas pró-mercado, em especial de abertura de suas economias frente à concorrência internacional, não se deve retroceder nas reformas, nem muito menos rechaça-las. Deve-se toma-las como um dado e, a partir disso, buscar elementos de política para aproveitar as oportunidades e minimizar as mazelas sociais. [...] Sendo assim, *Reforma das Reformas* não significa retroceder, nem romper, com as reformas neoliberais, mas aceita-las como um parâmetro, implementando políticas sociais compensatórias para minimizar os efeitos sociais deletérios que elas podem produzir (Carcanholo, 2008, p. 139).

Ainda nesta perspectiva social, no caso brasileiro, diversos autores novo-desenvolvimentistas mais identificados com os atuais governos construíram o mito de que agora o Brasil passou a ser um país de classe média.

Este mito tem sérias implicações desde o ponto de vista político, pois consolida uma ideologia pequeno burguesa no seio dos trabalhadores brasileiros, contribuindo para um apaziguamento da maioria dos trabalhadores, em que pese as grandes desigualdades na distribuição da renda e da riqueza, bem como o acesso a bens públicos como educação, saúde, terra, trabalho, etc.

Este mito é construído com base em estimativas relacionadas ao acesso a determinada renda (10 dólares por dia), e não levam em consideração a própria estrutura social brasileira. Nessa visão mitológica, “*la pertenencia a una clase no se define en función a otros grupos, sino en función de la simple tenencia de certo ingreso*” (Katz, 2015, p. 244).

La expansión de la clase media es frecuentemente identificada con la simple modernización del consumo. No se toma en cuenta que ese incremento de los volúmenes de compra se concretó con formas de crédito y tasas de interés poco sustentables. La persistencia de 30 millones de pobres cuestiona seriamente la presentación de Brasil como un país de segmentos medios. Se ha creado un nuevo círculo de ese sector, pero en un escenario de continuada segmentación social y convalidación del asistencialismo (Idem, p. 245).

Como foi destacado acima, o novo-desenvolvimentismo foi a expressão de uma conjuntura econômica específica na economia brasileira, dado os

condicionantes do mercado internacional. Pois apesar do propagandeado pelos novo-desenvolvimentistas, em especial aqueles ligados ao governo brasileiro, não houve mudanças estruturais que indicassem uma mudança na estratégia de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo. Pelo contrário, tem se verificado um aprofundamento dessa estratégia, em especial no contexto da atual crise.

Como destacou Sampaio Jr (2012, p. 680),

Assim, toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social.

E conclui,

O neodesenvolvimentismo naturaliza a dupla articulação responsável pelo capitalismo dependente. Suas formulações ficam limitadas a elucubrações sobre a possibilidade de arquiteturas alternativas de política econômica para administrar as estruturas (Idem, 2012, p. 685).

O fato do novo-desenvolvimentismo não se propor a alterar o marco estrutural da economia e da sociedade brasileira, restringido a análise e o arsenal propositivo ao âmbito da administração da política econômica, o configura como uma falsa alternativa ao neoliberalismo.

Isto também nos ajuda a entender o fato de que o debate novo-desenvolvimentista praticamente saiu da pauta recente sobre a condução da política econômica nacional, mesmo nunca tendo sido a visão dominante. Neste contexto de crise do capitalismo internacional, o compromisso da burguesia se revela pelos ajustes que mantêm o neoliberalismo, no sentido de estabilizar a economia para aprofundar as relações mercantis no conjunto da sociedade brasileira.

Pois o novo-desenvolvimentismo

no representa un proyecto significativo de las clases dominantes comparable a su clásico anterior. El neoliberalismo como el principal organizador de las concepciones y practicas de los capitalistas. Por esta razón las vertientes neo-desarrollistas presentan tantos vasos comunicantes con la matriz neoliberal (Katz, 2014, s/n).

Portanto, se apresenta como necessário a construção de uma estratégia política da classe trabalhadora que possa ir além do horizonte do desenvolvimento, apontando para uma saída que supere as relações que produzem

e reproduzem a dependência e o subdesenvolvimento, é necessário uma estratégia que aponte para além das relações sociais capitalistas.

5 CONCLUSÃO

Esta monografia partiu de um dado concreto presente na luta política do campo da esquerda no Brasil: o enraizamento do horizonte do desenvolvimento e, mais importante que isso, a percepção comum dentro desse campo de que o país teria vivido um ciclo novo-desenvolvimentista, ciclo contraposto ao neoliberalismo e que poderia ser a alternativa viável para as classes trabalhadoras.

A análise do projeto novo-desenvolvimentista, junto de suas matrizes político-intelectuais de origem – a economia do desenvolvimento, a teoria do subdesenvolvimento e, finalmente, a chamada Nova Cepal –, permitiu revelar que se trata de um projeto não apenas débil teoricamente, mas limitado conjunturalmente e, o que é fundamental, equivocado politicamente, sempre e quando se procure realmente superar o subdesenvolvimento e a dependência na América Latina.

A superação do subdesenvolvimento e da dependência não estará nos marcos do aprofundamento do desenvolvimento capitalista, pois a história brasileira demonstra que este processo tende a aprofundar os elementos constitutivos da dependência e do subdesenvolvimento.

A superação da dependência deve estar vinculado a uma estratégia da classe trabalhadora que aponte para a superação das relações sociais de produção em que (re) produz a dependência e o subdesenvolvimento, portanto, que aponte para a superação da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA. V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. “O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005”. Texto preparado para o Seminário "Brasil-Chile: Uma Mirada Hacia América Latina y sus Perspectivas". Santiago de Chile, jul. 2005.

BRESSER-PEREIRA, L.C. “O novo desenvolvimentismo”. Folha de São Paulo. 19.09.04.

_____. “O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional”. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

_____. “O Brasil e o novo desenvolvimentismo”. *Interesse Nacional*. abril/junho. 2011

_____. “Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares”. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvime ntismo.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

CARCANHOLO. M. D. “Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI”. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 6, n.2, p.6-25, jul./dez. 2014.

_____. “Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington”. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 26, n. 49, p. 133-161, março de 2008.

CARNEIRO. R. M. “Velhos e novos desenvolvimentismo”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

CASTELO BRANCO. R. “O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012

_____. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano”. *OIKOS*, Rio de Janeiro, Volume 8, n. 1. 2009. p. 71-91

FIORI. J. L. “A propósito de uma construção interrompida”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (14): 1-19, jun. 2000.

_____. “A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’”. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

FURTADO. C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FRANK. A. G. "Agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo". In: STEDILE, J. P., *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda, 1960-1980*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

KATZ. C. "¿Qué es el neo-desarrollismo? III – una visión crítica. Teoría y política". Disponível em: <http://katz.lahaine.org/?p=234>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

_____. "¿Qué es el neo-desarrollismo? Uma visión crítica: Argentina y Brasil". *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 224-249, abr./jun. 2015

MANTEGA. G. "Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro". *Revista de Economia Política*, vol. 9, nº 4, outubro-dezembro/1989.

MARINI. R. M. "La crisis del desarrollismo". In: Marini. R. M. e Millán. M. Org.(s). *La teoría social latinoamericana*. Tomo II: Subdesarrollo y dependencia. México: Ediciones el Caballito, 1994. p. 135-154.

_____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. "Dialética da dependência". In: TRANSPADINI. R., STÉDILE. J. P. Org.(s) *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTEI, L. "Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro." IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). De 3 a 5 de agosto de 2011, Rio de Janeiro/RJ.

OREIRO, J. L. C. "Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica". *Estudo Avançados*. 26 (75). 2012.

OREIRO, J. L.C. Paula, L. F. "Novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social". In: Oreiro, J.L.; Paula, L.F.; Basílio, F. (Ed.). *Macroeconomia do Desenvolvimento: Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PRADO, F.C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, 2015.

PREBISCH. R. "El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas". 2013 [1949]. Disponível em: http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2014.

SAAD-FILHO, A. e Moraes. L, “Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula”. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

SAMPAIO JR. P. A. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS. T. “A estrutura da dependência”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, nº 30, Outubro/2011. p. 5-18.

SICSÚ, J. Paula, L. F. Michel, R. “Por que novo-desenvolvimentismo?”. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.